

# Propostas de comissão para o ensino provocam polêmica

As Const 19 JUN 1986

FOLHA DE SÃO PAULO

Da Sucursal de Brasília  
e da Reportagem Local

O ex-ministro da Educação, Eduardo Portella, 53, integrante da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, apresentou ontem aos participantes do Encontro de Coordenadores de Atividades nas Instituições Superiores de Ensino sobre a Constituinte as propostas da comissão para a educação. Entre essas propostas figuram a extensão da responsabilidade do Estado sobre a educação ao nível pré-escolar; a destinação de 50% das vagas nos estabelecimentos oficiais, quando disputadas por concursos, aos candidatos de baixa renda; e a criação de incentivos fiscais para as pessoas físicas e jurídicas que destinarem recursos às atividades educativas.

A proposta da Comissão de Estudos Constitucionais que causou maior polêmica, entretanto, defende a transferência de recursos para a rede privada de ensino. Para o professor Moacyr de Goes, representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trata-se de uma proposta claramente "privatista", que privilegia mais ainda o ensino privado, detentor de 70% das matrículas no ensino superior e responsável apenas por 2% da pesquisa realizada no país.

O Encontro, que se encerra hoje, é promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e conta com a participação de

representantes de 22 instituições de ensino superior. Na abertura, ontem pela manhã, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, defendeu um modelo educacional "socialmente justo", que deveria ser defendido pelo Congresso constituinte.

Para o presidente do Crub, professor José Raimundo Martins Romeo, o evento visa definir as ações conjuntas que serão desenvolvidas pelas universidades brasileiras durante todo o processo de instalação do Congresso constituinte. Ele afirmou que o debate nas universidades não ficará restrito à educação, mas abordará também os grandes temas políticos, sociais e econômicos.

## Gratuidade do ensino

Em São Paulo, no seminário "Constituinte: A Experiência Americana e o Processo Brasileiro", promovido pela USP e Associação Alumni, o jurista Miguel Reale, 75, defendeu a transferência de recursos do Estado para universidades privadas para suplementar orçamentos, desde que "elas atuem dentro das diretrizes fixadas pelo Estado e mostrem competência".

Reale disse ainda que a proposta aprovada pelo comitê sobre educação da comissão foi "exagerada" ao estabelecer a gratuidade do ensino em todos os níveis. "Apresentarei outra proposta ao plenário defendendo a gratuidade como princípio, exceto para aqueles que, em conformidade com suas rendas, possam pagar seus estudos."